

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL RECENTE NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL

Roberto Luiz do Carmo (IFCH/NEPO/UNICAMP)

Alberto Augusto Eichman Jakob (NEPO/UNICAMP)

Andrea Young (NEPO/UNICAMP)

A Migração Internacional Recente na Fronteira Norte do Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns aspectos da dinâmica de deslocamento, crescimento e distribuição espacial da população originária de países vizinhos da Região Norte do Brasil, visando identificar os principais fluxos e as características socioeconômicas desses imigrantes. A partir de dados censitários de 2000 obtidos no IBGE, foram consideradas características como sexo, idade, escolaridade e renda. Considera-se a dimensão migratória propriamente dita, mediante a análise dos principais fluxos de natureza internacional. É realizada uma descrição aprofundada das características dos migrantes estrangeiros com origem nos países com maior participação no envio de pessoas para a Região Norte.

Os novos investimentos visando a integração da Região Norte do Brasil com os países fronteiriços, com a construção de estradas e pontes, podem significar também um aumento da mobilidade populacional internacional na região. Também por isso a importância de se conhecer a situação recente da migração, antes da consolidação destes empreendimentos.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo caracterizar a migração internacional para a Região Norte do Brasil, focalizando principalmente os imigrantes provenientes dos países da América do Sul, com as quais faz fronteira. A Região Norte é definida pelo IBGE como sendo formada por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Está localizada na região da Amazônia entre o Maciço das Guianas (ao norte), o Planalto Central (ao sul), a Cordilheira dos Andes (a oeste) e o Oceano Atlântico (a noroeste), fazendo divisa com sete países da América do Sul: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A Região Norte é a que possui maior extensão de fronteira internacional do país, além de conter grande parte do bioma da Floresta Amazônica, com todo um conjunto de questões ambientais e demográficas já bastante estudado por autores como Moura et al. (1997), Rodrigues (2006) e Veiga (2004).

O Norte é a mais vasta região do País, com 3,9 milhões de km². Segundo o Censo de 2000 realizado pelo IBGE, atingiu 12.900.704 pessoas, correspondendo a 7,6% da população brasileira. Ou seja, uma densidade populacional bastante reduzida, de pouco mais de 3 hab/km². Essa baixa densidade, entretanto, não significa que não existam grandes concentrações urbanas. As áreas urbanas de Manaus (1.405.835 habitantes) e Belém (1.280.614 habitantes) são as maiores concentrações urbanas de uma região que é bastante urbanizada. No censo de 2000, 70% da população na região Norte estava localizada em núcleos urbanos (Becker, 2005).

No que se refere ao processo de ocupação, pode-se dizer que este esteve ligado, inicialmente (anos 1960 e 1970), as políticas de desenvolvimento econômico do Governo Federal. Segundo Moura et al. (1997), é possível identificar pelo menos quatro grandes eixos ou pólos da ocupação amazônica recente, frutos do processo de expansão de fronteira ou de ações específicas do setor público.

O primeiro eixo é formado pela Zona Franca de Manaus, pólo industrial, idealizado com o objetivo de direcionar o desenvolvimento regional para a Amazônia Ocidental.

Um segundo eixo ocorre através do pólo de Carajás, abrangendo o triângulo São Luís, Marabá-Belém, muito ligado à disponibilidade de recursos naturais – mineiro-ferríferos principalmente – inserido num contexto de globalização, com exportações direcionadas aos mercados internacionais.

Um terceiro eixo a considerar é de natureza agropecuária. Prolonga-se desde o Centro-Oeste até uma parte da região amazônica e está vinculado, economicamente, aos estados de

Minas Gerais e São Paulo. De fato, é facilmente perceptível que a Região Centro-Oeste (Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso) tem hoje uma forte integração com a economia do Sudeste e com um sistema de transporte orientado para o escoamento de sua produção para aquela região. Na região Norte, este eixo penetra pelo Sul do Pará e Sul do Maranhão e por áreas de Rondônia, Acre e mesmo Amazonas. A construção do porto de Itacoatiara, no Rio Madeira, para exportação de soja, tem a ver com a viabilização econômica desse eixo.

O quarto eixo foi fomentado pelo governo Federal, através da criação de um sistema orientado para assentar migrantes de outras regiões do país e assim gerar pólos de colonização agrícola.

Com a crise dos anos 80, as políticas públicas passam a perder espaço, força e rigidez. A ocupação da região Norte passa a ser regida, fundamentalmente, pela lógica do mercado. Nessa lógica já não está mais tão presente a implementação de políticas públicas voltadas para o processo de integração da região, para o desenvolvimento social e econômico das populações e para a ocupação de seus vastos espaços.

Isto atinge os governos estaduais que se vêm forçados a buscar parcerias e a procurar integração entre si para a realização de obras de infra-estrutura e implantação de medidas que favoreçam o desenvolvimento da região, por vezes na esteira de programas e projetos pretéritos parcialmente recuperados. O Acre é um caso típico na sua busca por uma maior integração com os países da “Amazônia hispânica”, inclusive apoiado no interesse de Estados do Sudeste na busca por uma saída para o Pacífico, com o objetivo de escoar a produção de soja destinada a mercados agrícolas asiáticos. Isso se daria a partir da construção de certos eixos rodoviários, algo que não chegou a se concretizar até o momento (Moura et al., 1997).

O Estado do Amazonas tem buscado viabilizar, em parceria com Roraima, a construção de uma rodovia de integração com a Venezuela e com o Caribe, prevendo-se que a partir desta, será possível atingir a Guiana. No Amapá, o governo estadual planeja construir uma rodovia para ligar Macapá tanto a Manaus, a leste, como à Guiana Francesa, ao norte.

Mais recentemente, as preocupações de natureza geopolítica e de segurança nacional, estariam voltadas para a ocupação do vasto vazio demográfico que ainda é a Amazônia Ocidental brasileira e, conseqüentemente, para a própria preservação da soberania nacional nesse vastíssimo espaço. De um lado, menciona-se o interesse do governo brasileiro em executar projetos voltados, não somente para o fortalecimento militar ao longo da fronteira, como também desenvolver ações de natureza social que possam beneficiar e conseqüentemente, atrair população brasileira para o lado ocidental da fronteira.

Essas tendências de ocupação, em grande parte, dirigidas pelos governos federal e estaduais, determinam ou pelo menos potencializam o crescimento populacional da região Norte, sem mencionar o fato de que geram pressões sobre a Amazônia Legal. É dentro deste contexto, que se pretende estudar as tendências recentes de evolução da população estrangeira dentro do país, sua dinâmica demográfica e importância, analisando os principais fluxos e realizando um aprofundamento de suas principais características sócio-demográficas.

Cenário da Migração Internacional na Região Norte do Brasil

Modificações estruturais vêm ocorrendo no povoamento da região Norte. Este, em geral, o crescimento populacional tem se localizado ao longo das rodovias e não mais ao longo da rede fluvial, como no passado, apresentando um crescimento demográfico, sobretudo urbano. O processo de urbanização que ocorreu e ainda continua se processando na região é um fator importante quando se considera a mobilidade espacial da população. Apesar da diminuição dos fluxos populacionais para essa região, os processos de expansão das áreas urbanas ainda é muito significativo na região, principalmente através da constituição de pólos que se concretizam a partir da expansão dos eixos de ocupação.

As fronteiras internas não são marcadas apenas por limites e divisas físicas. Não há uma definição precisa de onde começa e onde termina a fronteira. As fronteiras internas são áreas de expansão onde a ordem econômica e social da nação deve ainda ser implantada (Becker, 2005).

Existem situações bem diferenciadas ao longo das fronteiras internacionais da região Norte, como por exemplo a fronteira do Brasil com a Venezuela. O Estado Bolívar ao sul da Venezuela e o Estado de Roraima na Região Norte do Brasil possuem similitudes, tais como o fato de se constituírem em espaços esparsamente ocupados em relação aos seus respectivos territórios nacionais; viverem processos de expansão da fronteira econômica, cujos programas oficiais de exploração de recursos naturais enfatizavam o caráter de "espaços vazios", culminando com políticas de ocupação baseadas no conceito de desenvolvimento vinculado à doutrina de Segurança Nacional; são palcos de constantes conflitos pelo controle dos recursos naturais travados por diversos atores sociais (populações indígenas, garimpeiros, madeireiros, empresários, fazendeiros, militares, ecologistas, cientistas, ONGs); possuem populações indígenas significativas e estão situados em áreas de fronteira internacional; ou seja, em áreas de interesse para soberania das nações limítrofes (Rodrigues, 2006).

A diferença visível entre esses estados é que Bolívar é um grande centro de indústrias de bases, enquanto Roraima sobrevive predominantemente dos recursos federais e de um setor primário incipiente. Todavia, os dois estados funcionam como lugares de atração populacional. O crescimento populacional foi significativo para o Estado Bolívar nas décadas de 1960 e 1970, e para o Estado de Roraima nas décadas de 1980 e 1990. O movimento imigratório dos anos 1990, em Roraima, conciliou os atrativos da "fronteira agrícola" com a "frente garimpeira". A atividade de mineração se configurou, durante toda a década de 1980 e início de 1990, no principal atrativo à migração (Rodrigues, 2006).

Atualmente, os venezuelanos transitam na fronteira brasileira com vistas à aquisição de bens e utilização de serviços, como o de saúde e educação. Lembrando que no final da década de 1980 eram os moradores da cidade de Boa Vista que cruzavam a fronteira com a Venezuela para adquirir bens, abastecer o carro e, eventualmente, abrir estabelecimentos comerciais.

Uma das características da mobilidade através dessa fronteira é o trânsito de pessoas indocumentadas. Para cruzar a fronteira, não é necessário passaporte, mas apenas um documento de identidade e o cartão de vacina, o que caracteriza . No caso da Venezuela, há uma ostensiva vigilância representada pelas alcabalas ao longo da rodovia transamericana que liga Santa Elena à costa e ao centro do país. No caso do Brasil, a fiscalização só é realizada em momentos específicos e esporádicos de alguma campanha contra o contrabando de combustível ou contra o tráfico de mulheres. Dessa forma, a facilidade de acesso via terrestre e a pouca fiscalização favorecem o fluxo de migrantes ilegais que cruzam a fronteira.

O fluxo internacional nessa fronteira é um fenômeno que pode ser percebido nas feiras e centros comerciais. Em Boa Vista, os migrantes podem ser encontrados no mercado de trabalho informal, nas ruas dos camelôs, na feira do produtor. Nas feiras livres podem ser encontrados venezuelanos, colombianos, peruanos, bolivianos, guianenses.

Os imigrantes guianenses mantêm suas residências, igrejas e centros educativos privados; são considerados bons agricultores e detêm o monopólio da venda de sorvetes, malta e venda ambulante. São os imigrantes internacionais que em geral atravessam a fronteira, em decorrência de crises políticas e econômicas no seu país. Em Boa Vista, os guianenses estão presentes no mercado informal, no emprego doméstico e na construção civil.

Os migrantes colombianos e peruanos, normalmente trabalham como vendedores ambulantes de discos e produtos chineses. A maioria vive em situação de clandestinidade e de ilegalidade, o que dificulta uma estimativa quantitativa mais precisa.

Em geral, a entrada de imigrantes de outras nacionalidades no território brasileiro se dá por três vias ou três itinerários: o primeiro itinerário é pela fronteira Brasil-Guiana; o segundo, pela fronteira Brasil-Venezuela, seja de venezuelanos, peruanos ou colombianos; o terceiro itinerário é o de entradas de colombianos e peruanos a partir da tríplice fronteira Peru-Colômbia-Brasil, com entrada por Manaus. Todos esses itinerários são favorecidos pelas condições de transportes terrestres e pela quase ausência de controle durante o percurso (Rodrigues, 2006).

A seguir são detalhados esses fluxos e analisados as características sócio-demográficas a partir de dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000.

As diferentes etapas migratórias dos estrangeiros na Região Norte

Segundo o Censo Demográfico, a Região Norte possuía 22.850 pessoas não naturais do Brasil em 2000. A Tabela 1 mostra os estrangeiros segundo seu país de nascimento. Dentre os europeus, destacam-se os portugueses (52,7%) e italianos (19,2%). Com relação aos asiáticos, 82,4% deles nasceram no Japão. Em termos do continente americano, Peru e Bolívia se sobressaem como países de importância quanto à naturalidade dos migrantes do norte, com perto de 4 mil pessoas cada um.

Tabela 1: Imigrantes internacionais da Região Norte em 2000 segundo local de nascimento

Migrantes acumulados			Migrantes dos últimos 10 anos		
Local	Volume	%	Local	Volume	%
Países da Europa	4.231	18,52	PERU	2.400	24,68
PERU	4.013	17,56	Países da Europa	1.459	15,00
BOLÍVIA	3.656	16,00	BOLÍVIA	1.299	13,36
Países da Ásia	3.178	13,91	Países da Ásia	845	8,69
GUIANA	1.472	6,44	GUIANA	663	6,82
COLÔMBIA	1.321	5,78	COLÔMBIA	620	6,38
PARAGUAI	1.108	4,85	PARAGUAI	428	4,40
VENEZUELA	796	3,48	VENEZUELA	410	4,22
ESTADOS UNIDOS	650	2,84	GUIANA FRANCESA	363	3,73
GUIANA FRANCESA	580	2,54	ESTADOS UNIDOS	332	3,41
Países sem especificação	360	1,58	Países sem especificação	181	1,86
ARGENTINA	336	1,47	CUBA	157	1,61
Países da África	267	1,17	Países da África	150	1,54
CUBA	174	0,76	ARGENTINA	124	1,28
CHILE	172	0,75	CHILE	60	0,62
SURINAME	114	0,50	CANADÁ	52	0,53
URUGUAI	103	0,45	SURINAME	49	0,50
CANADÁ	70	0,31	PANAMÁ	36	0,37
EQUADOR	68	0,30	OUTROS PAÍSES AMÉRICA	32	0,33
OUTROS PAÍSES AMÉRICA	50	0,22	URUGUAI	24	0,25
PANAMÁ	36	0,16	EL SALVADOR	12	0,12
EL SALVADOR	32	0,14	GUATEMALA	10	0,10
MÉXICO	20	0,09	Países da Oceania	10	0,10
REPÚBLICA DOMINICANA	14	0,06	EQUADOR	9	0,09
GUATEMALA	10	0,04	Total	9.725	100
Países da Oceania	10	0,04			
HONDURAS	9	0,04			
Total	22.850	100			

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais Nepo/ Unicamp.

A Tabela 1 mostra os migrantes acumulados, que chegaram à Região Norte em qualquer época, assim como aqueles que chegaram nos últimos 10 anos ao município de residência, que denota a importância ainda grande do Peru, Bolívia e a redução da participação dos países europeus, de 18,5% no acumulado para 15% da migração mais recente. Em termos de volume absoluto, os principais países deixam claro este panorama: Portugal (redução de 2.230 para 330 migrantes) e Itália (de 810 para 430 pessoas).

A etapa anterior dos estrangeiros com menos de 10 anos de residência no município é mostrada na Tabela 2, em termos de seu país ou Unidade da Federação (UF).

Tabela 2: Imigrantes internacionais da Região Norte em 2000 com menos de 10 anos de residência no município segundo país ou UF anterior.

País de Residência anterior			Unidade da Federação anterior		
Local	Volume	%	Local	Volume	%
PERU	1.424	21,48	SÃO PAULO	344	13,90
BOLÍVIA	999	15,07	PARÁ	263	10,63
Países Europa	589	8,88	AMAZONAS	213	8,61
COLÔMBIA	529	7,98	RONDÔNIA	183	7,40
GUIANA	501	7,56	BRASIL SEM ESPEC.	159	6,43
VENEZUELA	394	5,94	MARANHÃO	133	5,38
Países Ásia	379	5,72	RORAIMA	132	5,34
Ignorado	328	4,95	MATO GROSSO	130	5,25
GUIANA FRANCESA	307	4,63	MINAS GERAIS	120	4,85
ESTADOS UNIDOS	259	3,91	PARANÁ	105	4,24
Países sem especificação	257	3,88	RIO DE JANEIRO	97	3,92
PARAGUAI	141	2,13	RIO GRANDE DO SUL	64	2,59
CUBA	110	1,66	DISTRITO FEDERAL	63	2,55
Países África	83	1,25	PIAUÍ	61	2,47
EQUADOR	69	1,04	GOIÁS	55	2,22
ARGENTINA	65	0,98	CEARÁ	53	2,14
SURINAME	45	0,68	AMAPÁ	52	2,10
CANADÁ	38	0,57	SANTA CATARINA	45	1,82
PANAMÁ	36	0,54	BAHIA	43	1,74
Austrália	21	0,32	MATO GROSSO DO SUL	42	1,70
OUTROS PAÍSES AMÉRICA	20	0,30	ACRE	36	1,46
CHILE	16	0,24	PARAÍBA	29	1,17
MÉXICO	12	0,18	ESPÍRITO SANTO	21	0,85
URUGUAI	8	0,12	RIO GRANDE DO NORTE	19	0,77
Total	6.630	100	PERNAMBUCO	12	0,49
			Total	2.474	100

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais Nepo/ Unicamp.

A Tabela 2 aponta que, dos 22.850 imigrantes internacionais da Região Norte, 6.630 vieram nos últimos 10 anos diretamente de outros países e perto de 2.500 de outras Unidades da Federação. Os demais (perto de 14 mil) já estavam em suas UFs no decorrer da última década. Peru e Bolívia vão, cada vez mais, assumindo posições de destaque, e os países europeus perdendo participação, o que denota o caráter cada vez mais regional da migração internacional para o norte do Brasil, assim como acontece com as demais regiões do país.

São Paulo também merece destaque como a única UF não pertencente à Região Norte entre as seis primeiras colocadas na Tabela 2, o que denota o caráter atrativo de migrantes nacionais e mesmo internacionais desta UF na última década.

Para restringir ainda mais a migração de estrangeiros no norte, a Tabela 3 traz aqueles que chegaram ao norte no quinquênio 1995-2000, provenientes de países ou UFs do Brasil.

Tabela 3: Imigrantes internacionais da Região Norte no período 1995-2000

País de Residência em 1995			UF de residência em 1995		
Local	Volume	%	Local	Volume	%
PERU	806	22,30	PARÁ	604	21,36
BOLÍVIA	528	14,61	RONDÔNIA	478	16,90
COLÔMBIA	370	10,24	AMAZONAS	330	11,67
VENEZUELA	340	9,41	SÃO PAULO	266	9,41
GUIANA	334	9,24	RORAIMA	257	9,09
Países da Europa	300	8,30	ACRE	185	6,54
GUIANA FRANCESA	151	4,18	TOCANTINS	77	2,72
Países da Ásia	149	4,12	RIO DE JANEIRO	67	2,37
ESTADOS UNIDOS	145	4,01	MINAS GERAIS	64	2,26
PARAGUAI	130	3,60	AMAPÁ	51	1,80
CUBA	124	3,43	DISTRITO FEDERAL	50	1,77
Países sem especificação	94	2,60	BRASIL SEM ESPEC.	48	1,70
Países da Oceania	25	0,69	SANTA CATARINA	46	1,63
CANADÁ	22	0,61	PARANÁ	43	1,52
EQUADOR	21	0,58	MATO GROSSO	42	1,49
SURINAME	20	0,55	RIO GRANDE DO SUL	33	1,17
GUATEMALA	19	0,53	CEARÁ	32	1,13
PANAMÁ	17	0,47	PARAÍBA	30	1,06
ARGENTINA	11	0,30	MARANHÃO	27	0,95
URUGUAI	8	0,22	MATO GROSSO DO SUL	25	0,88
Total	3.614	100	ESPÍRITO SANTO	21	0,74
			GOIÁS	16	0,57
			PIAUÍ	14	0,50
			BAHIA	14	0,50
			RIO GRANDE DO NORTE	8	0,28
			Total	2.828	100

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais Nepo/ Unicamp.

A Tabela 3 mostra que a migração recente dos estrangeiros para o norte possui um caráter regional muito forte. Por um lado, a participação dos países europeus caiu para a sexta colocação, sendo que os cinco primeiros colocados possuem limites com a Região Norte brasileira, e por outro, a participação de São Paulo caiu para a quarta posição, sendo superado por Pará, Rondônia e Amazonas.

Os países fronteiriços do norte apresentaram uma importância crescente da migração recente para a Região Norte, mostrando um possível aumento deste tipo de migração na próxima década ou ainda um aumento da circularidade destes migrantes na região. Dados do censo de 2010 servirão para verificar estas possibilidades. Tomando como exemplo o Peru, as tabelas 1 a 3 mostram que este país enviou no total 4.010 migrantes para a Região Norte, 2.400 deles chegaram nos últimos 10 anos (60% deles), sendo que 1.425 vieram diretamente

do Peru (59%). Destes que vieram diretamente do país, 806 chegaram no quinquênio 1995-2000 (ou 57% dos 1.425).

A Bolívia apresenta situação distinta da apresentada para o Peru, enquanto somente 36% dos bolivianos chegaram ao norte na década de 1990, 77% destes vieram diretamente para o local de residência em 2000, e 53% no período 1995-2000.

Já a Colômbia e a Venezuela deixam clara a possibilidade de um aumento da migração nos próximos anos para a Região Norte, e diretamente de seus países. Enquanto praticamente todos os migrantes dos últimos 10 anos vieram diretamente de seus países de nascimento (85% para a Colômbia e 96% para a Venezuela), porcentagens expressivas destes chegaram no quinquênio 1995-2000 (70% no caso da Colômbia e 86% para a Venezuela)^[1].

Para se ter uma idéia melhor destes principais fluxos migratórios internacionais com destino à Região Norte, os migrantes naturais do Peru, Bolívia e Colômbia, com mais de 10% de participação na migração internacional entre 1995 e 2000, foram selecionados para um maior detalhamento de suas características principais, o que é feito no tópico a seguir.

Caracterização dos migrantes dos principais países de origem

Este tópico tem como objetivo principal um aprofundamento das características dos migrantes estrangeiros com origem nos países com maior participação no envio de pessoas para a Região Norte. Serão tratadas características como sexo, idade, escolaridade e renda.

Os municípios da Região Norte que receberam migrantes naturais do Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Municípios de destino na Região Norte em 2000 segundo os principais países de origem do migrantes

Peru

Município	Volume	%
Manaus (AM)	167	20,7
Tabatinga (AM)	77	9,6
Guajará-Mirim (RO)	67	8,3
Benjamin Constant (AM)	56	6,9
São Paulo de Olivença (AM)	52	6,5
Novo Airão (AM)	43	5,3
Assis Brasil (AC)	39	4,8
Sena Madureira (AC)	36	4,5
Porto Velho(RO)	32	4,0
Atalaia do Norte (AM)	29	3,6
Cruzeiro do Sul (AC)	26	3,2
Rio Branco (AC)	21	2,6
Coari (AM)	21	2,6
Jurutí (PA)	21	2,6
Boa Vista (RR)	20	2,5
Belém (PA)	20	2,5
Santo Antônio do Içá (AM)	15	1,9
São Gabriel da Cachoeira (AM)	11	1,4
Manacapuru (AM)	10	1,2
Tonantins (AM)	10	1,2
Santa Rosa do Purus (AC)	8	1,0
Ipixuna (AM)	8	1,0
Juruá (AM)	6	0,7
Alvarães (AM)	5	0,6
Marechal Thaumaturgo (AC)	4	0,5
Porto Walter (AC)	2	0,2
Total	806	100

Bolívia

Município	Volume	%
Guajará-Mirim (RO)	121	22,9
Epitaciolândia (AC)	99	18,8
Costa Marques (RO)	80	15,2
Rio Branco (AC)	51	9,7
Porto Velho (RO)	39	7,4
Pimenteiras do Oeste (RO)	32	6,1
Cerejeiras (RO)	20	3,8
Miracema do Tocantins (TO)	18	3,4
Acrelândia (AC)	16	3,0
Plácido de Castro (AC)	14	2,7
Sena Madureira (AC)	10	1,9
Brasiléia (AC)	9	1,7
Cabixi (RO)	6	1,1
Capixaba (AC)	6	1,1
Senador Guimard (AC)	6	1,1
Assis Brasil (AC)	1	0,2
Total	528	100

Colômbia

Município	Volume	%
Tabatinga (AM)	265	71,6
Manaus (AM)	48	13,0
Boa Vista (RR)	14	3,8
Santa Isabel do Pará (PA)	11	3,0
Santana (AP)	10	2,7
Rio Branco (AC)	9	2,4
São Gabriel da Cachoeira (AM)	7	1,9
Atalaia do Norte (AM)	3	0,8
Presidente Figueiredo (AM)	3	0,8
Total	370	100

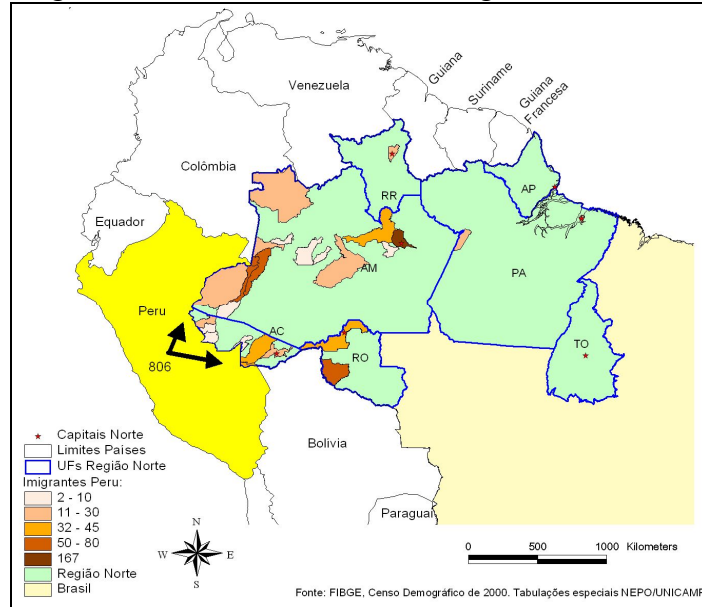
Venezuela

Município	Volume	%
Boa Vista (RR)	135	39,7
Manaus (AM)	84	24,7
Belém (PA)	36	10,6
Amajari (RR)	32	9,4
Pacaraima (RR)	21	6,2
Porto Velho (RO)	10	2,9
Cantá (RR)	5	1,5
Caracarái (RR)	5	1,5
São João da Baliza (RR)	5	1,5
Caroebe (RR)	4	1,2
Normandia (RR)	3	0,9
Total	340	100

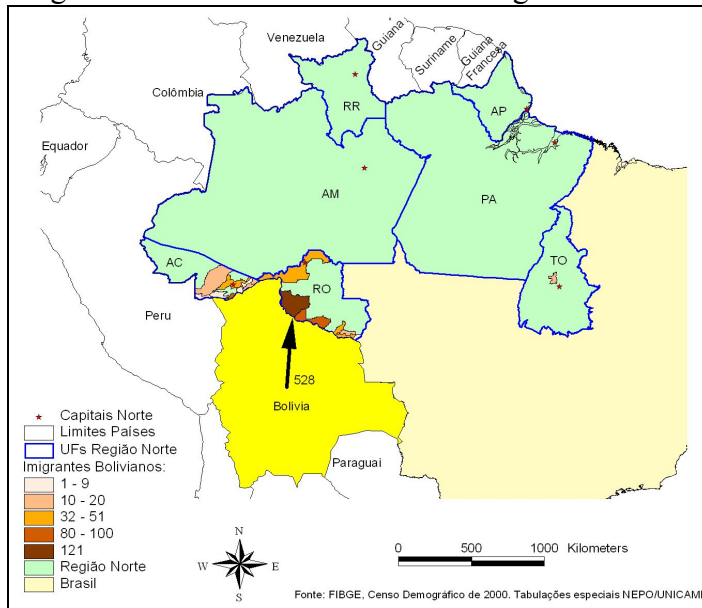
Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais Nepo/ Unicamp.

Os mapas 1 e 2 mostram a localização geográfica dos municípios que receberam migrantes provenientes do Peru e da Bolívia no período 1995-2000.

Mapa 1: Migrantes do Peru com destino à Região Norte em 1995-2000



Mapa 2: Migrantes da Bolívia com destino à Região Norte em 1995-2000

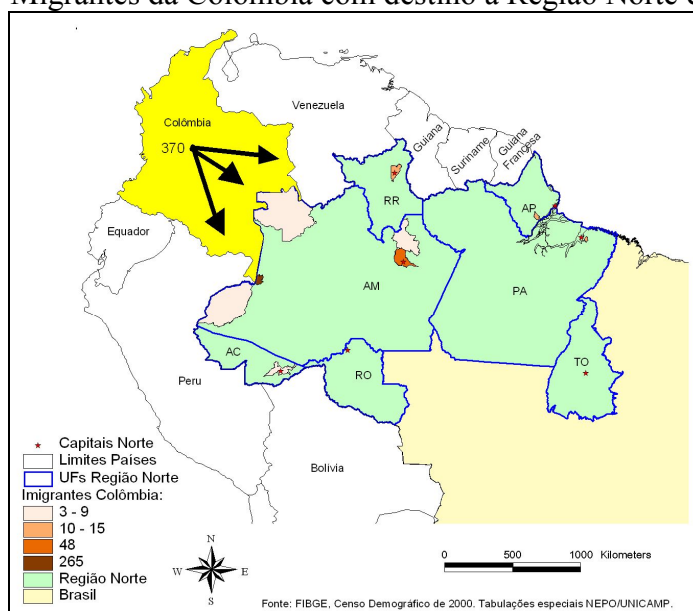


O Mapa 1 mostra os dois eixos de deslocamento dos migrantes com origem no Peru: um com direção ao município de Manaus, capital do Amazonas, e outro com destino a Guajará-Mirim e Porto Velho, em Rondônia, passando por outros municípios no Acre, mais próximos à origem. Com exceção de Manaus, que concentra 20,7% da migração do período 1995-2000 (Tabela 4), diversos outros municípios, que não capitais, apresentaram importante participação na migração de origem peruana, denotando certa diversificação dos destinos.

Com relação aos migrantes do quinquênio 1995-2000 provenientes da Bolívia, o Mapa 2 deixa claro o grau de concentração destes em municípios próximos, em Rondônia e no Acre. O único município fora destas duas UFs que recebeu migrantes no período foi Miracema do Tocantins (TO).

O Mapa 3 traz os migrantes com origem na Colômbia no período 1995-2000. Os municípios de Tabatinga e Manaus, no Amazonas, foram os que mais atraíram migrantes de origem colombiana. Tabatinga com 261 (71,6%) e Manaus com 48 (13%), segundo a Tabela 4. Os demais municípios apresentaram pouca expressão.

Mapa 3: Migrantes da Colômbia com destino à Região Norte em 1995-2000



Em termos dos migrantes com origem Venezuelana, a Tabela 4 mostra que seus destinos são as capitais das UFs do Norte, ou demais municípios de Roraima, localizados junto à fronteira com a Venezuela, por isso, julgou-se não haver a necessidade da exposição de um mapa para mostrar a localização espacial deles. Além do que, Boa Vista, Manaus e Belém concentram juntas 75% desta migração, caracterizando-se um migrante diferenciado daquele dos demais países anteriormente abordados. Por isso, a partir de agora as comparações serão feitas apenas com os três principais países de origem dos migrantes recentes para a Região Norte do Brasil, a saber: Peru, Bolívia e Colômbia.

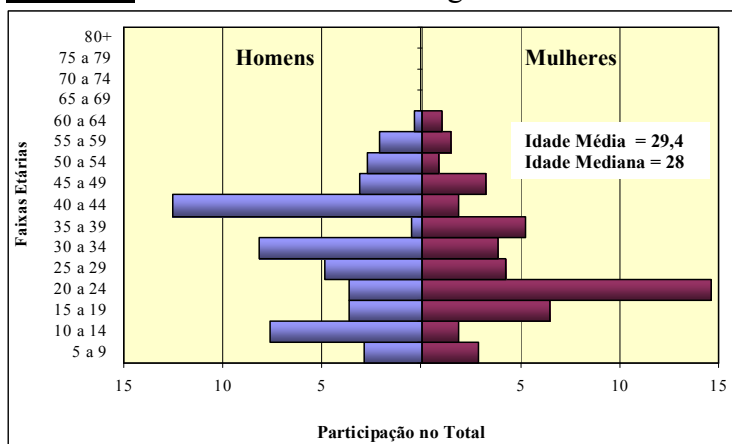
Como o volume de migrantes do período 1995-2000 é relativamente baixo com relação aos principais países de origem, de 800 peruanos, 530 bolivianos e 370 colombianos, não é possível se fazer muitas desagregações de migrantes com respeito ao sexo, idade,

escolaridade e renda ao nível dos municípios de destino da Região Norte. Sendo assim, as análises a seguir serão feitas com relação ao total destes migrantes sem considerar diferenças entre os municípios de destino.

A idade dos migrantes recentes internacionais

As análises com respeito à idade dos migrantes são baseadas nos gráficos 1 a 3, que se tratam de pirâmides etárias dos migrantes do período 1995-2000 provenientes do Peru, Bolívia e Colômbia.

Gráfico 1: Pirâmide Etária dos migrantes do Peru com destino à Região Norte em 1995-2000



As pirâmides etárias mostram o problema resultante da falta de dados nas faixas etárias. Em geral, cada categoria possui menos de 100 pessoas, o que distorce um pouco os dados. Foi observado também que a presença masculina é superior entre estes migrantes (52,2% no caso do Peru, 50,4% para a Bolívia e 52,8% para a Colômbia).

Em média, os migrantes mais jovens são os com origem boliviana (25,9 anos de idade), e os mais maduros os provenientes do Peru (29,4 anos). A idade mediana não se distanciou muito da média, denotando uma variabilidade não muito grande dos dados. Mas mesmo assim, grandes distorções podem ser vistas entre homens e mulheres nas pirâmides etárias apresentadas.

A escolaridade dos migrantes recentes internacionais

A escolaridade dos migrantes do quinquênio 1995-2000 com destino aos municípios do norte do Brasil foi avaliada em termos dos anos de estudo daqueles com mais de 14 anos de idade. A Tabela 5 traz a participação dos migrantes em cada categoria de anos de estudo, assim como os anos médios e medianos de estudo destes.

Tabela 5: Porcentagem de migrantes com destino à Região Norte, no período 1995-2000, maiores de 14 anos de idade, dos principais países de origem, segundo anos de estudo, média e mediana de anos de estudo

Anos de Estudo	Peru	Bolívia	Colômbia
< 1	1,0	10,2	.
1	1,0	2,7	.
2	1,6	5,6	3,0
3	3,4	5,1	4,0
4	0,3	8,3	2,7
5	6,3	7,8	12,4
6	2,5	3,0	5,7
7	3,2	5,6	14,8
8	8,0	15,1	6,4
9	2,7	2,7	7,4
10	2,1	5,4	7,0
11	23,2	23,7	25,2
12	6,8	.	.
13	1,6	.	.
14	3,7	.	.
15	15,5	.	3,4
16	3,4	2,4	2,0
17+	13,7	2,4	6,0
Total	678	372	298
Média (anos)	12,1	9,6	13,1
Mediana (anos)	12,0	11,0	15,0

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais Nepo/ Unicamp.

Os dados da Tabela 5 mostram que os migrantes provenientes do Peru foram os mais uniformemente distribuídos em termos de anos de estudo. Enquanto 55% dos migrantes com mais de 14 anos de idade possuíam menos de 12 anos de estudo, a média e a mediana dos anos de estudos eram próximos a 12. Já a Bolívia e a Colômbia apresentavam grandes diferenças em termos de escolaridade. Para os migrantes com origem boliviana, 71,5% possuíam menos de 11 anos de estudo, quando deveriam ser 50%. A média de anos de estudo foi de menos de 10 anos.

No caso dos migrantes provenientes da Colômbia, a situação se agravou ainda mais, perto de 89% dos migrantes estava abaixo de 13 anos de estudo, quando 50% destes deveriam estar próximo a 15 anos de estudo.

A renda dos migrantes recentes internacionais

A renda mensal dos migrantes internacionais do quinquênio 1995-2000 do norte é analisada neste tópico em termos de porcentagem de migrantes em categorias de renda em salários mínimos, assim como a renda média e mediana dos migrantes do Peru, Bolívia e Colômbia. A Tabela 6 traz estas informações.

Tabela 6: Porcentagem de migrantes com destino à Região Norte, no período 1995-2000, chefes de família ou indivíduos sozinhos, dos principais países de origem, segundo renda mensal, renda média e mediana em salários mínimos

Renda (SM)	Peru	Bolívia	Colômbia
Sem Renda	15,2	9,4	9,2
+0 a 2	30,5	64,4	46,7
+2 a 5	9,8	16,1	31,7
+5 a 10	14,5	5,0	5,0
+10 a 20	4,3	.	7,5
+20	25,8	5,0	.
Total	256	180	120
Média (SM)	8,2	6,0	13,7
Mediana (SM)	4,1	3,0	6,6

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000. Tabulações especiais Nepo/ Unicamp.

A Tabela 6 mostra que não havia seletividade migratória com relação à renda dos migrantes recentes do Peru. Perto de 55% de chefes de família ou indivíduos sozinhos em domicílios coletivos possuíam até 5 salários mínimos, sendo a mediana de 4,1 salários. Existiam inclusive perto de 26% de migrantes com origem peruana recebendo mais de 20 salários mínimos.

Da mesma forma que para a escolaridade, com relação à renda os migrantes recentes provenientes da Bolívia e da Colômbia também apresentaram uma distribuição desigual. Havia somente 10% de chefes migrantes ganhando mais de 5 salários mínimos, quando segundo a mediana deveria haver 50% ganhando mais de 3 salários para uma distribuição normal dos dados. O mesmo pode ser dito para a Colômbia. A mediana de 6,6 mostra que 50% dos chefes deveriam estar recebendo mais de 6 salários mínimos, enquanto somente 12,5% possuíam um rendimento mensal de mais de 5 salários.

Conclusões

Este trabalho mostrou que existe uma interessante dinâmica migratória internacional recente na Região Norte do Brasil. Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela representam mais da metade da migração internacional recente para o norte. Estes quatro países apresentaram perfis diferenciados de migração. Para os colombianos e venezuelanos, torna-se nítida a preferência pelas capitais brasileiras, o que se traduziu em valores em média mais altos de renda e anos de estudo dos migrantes, em comparação com os peruanos e bolivianos.

Os migrantes provenientes da Bolívia possuíam, de maneira geral, as menores rendas médias mensais e menor escolaridade, embora houvesse, assim como para com os colombianos, uma nítida desigualdade entre eles quanto a estes atributos. Os bolivianos tinham também a tendência de migrar para locais próximos à fronteira de seu país.

Já os peruanos apresentaram dois eixos de deslocamento populacional: um em direção a Belém e outro em direção a Porto Velho e Guajará-Mirim, passando por Rio Branco. Os migrantes do Peru apresentaram uma distribuição mais uniforme com relação à renda e anos de estudo em relação aos demais migrantes. Porém, isto pode ser uma característica do fato de terem uma representatividade maior que os demais.

Em geral, esses fluxos ocorrem em virtude das possibilidades de atuação em atividades de mineração, comércio local e setor de transportes, além das atividades ilegais, como tráfico de drogas, contrabando de combustível, câmbio ilegal de moeda.

No que se refere aos "corredores de integração e desenvolvimento", se retomados e executados vários dos projetos desenvolvidos pelo ministério dos transportes, provavelmente estes fomentarão os fluxos identificados, como no caso do corredor Porto Velho – Abunã – Guajará-Mirim/Guayaramerim – Caranavi – La Paz – Arica/Iquique importante para o Estado de Rondônia, particularmente para a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, e para a Bolívia (BID, 1995).

O corredor Porto Velho – Rio Branco – Assis Brasil/Iñapari – Puerto Maldonado – Juliaca – Puno – Ilo/Matarani que servirá para a integração dos estados do Acre e de Rondônia ao sul do Peru, contribuindo para o aumento de fluxos a partir dessas áreas.

O projeto Carretera Transoceânica que deverá ser implantado até à fronteira do Brasil, com a pavimentação do trecho Arequipa – Juliaca e encascalhamento do trecho Juliaca – Puerto Maldonado – Iñapari (fronteira Peru/Brasil), cabendo ao governo brasileiro a pavimentação de 192 km da BR-317, entre Rio Branco e Assis Brasil (BID, 1995).

O corredor Manaus – Benjamin Constant – Iquitos/Paita deverá funcionar como um corredor de integração da Amazônia brasileira à Amazônia peruana e, principalmente, como uma via de acesso ao porto de Iquitos, no Peru. E finalmente, o corredor Manaus – Santo Antônio do Içá – Puerto El Carmem del Putumayo – Quito/Esmeraldas que deverá, a curto e médio prazos, servir, pelo menos no trecho Manaus – Puerto El Carmem del Putumayo, como via de integração e abastecimento (BID, 1995).

Essa realidade da mobilidade populacional na fronteira brasileira, apresenta vários problemas, tendo em vista a primazia dos interesses econômicos e comerciais, sem uma perspectiva de uma integração sociocultural latino-americana. São vários os exemplos de trabalhadores que estabelecem o fluxo entre essas cidades sem nenhuma garantia trabalhista ou de cidadania; os conflitos recentes na fronteira Brasil-Venezuela decorrente das exigências dos seguros internacionais para a entrada de carros brasileiros na Venezuela ou da exigência do cartão de vacina para entrada no Brasil. No caso da Colômbia, a necessidade de controle devido ao aumento do tráfico de drogas, entre outros. Sem mencionar as infinitas conseqüências sobre a Floresta Amazônica (degradação irrestrita).

Para cada uma dessas ações, segue uma série de reações e pressões sobre os estrangeiros que tentam cruzar a fronteira denotando uma falta de política específica para essas configurações socioculturais de fronteira. A contagem populacional desse contingente migratório adentrando diariamente as fronteiras torna-se fundamental para a definição de medidas e políticas a serem tomadas conjuntamente como parte de um projeto maior que é o de integração da América do Sul, não apenas em âmbito econômico, mas também social; mais igualitário e justo.

Notas

[1] Com relação ao volume de imigrantes internacionais do período 1995-2000, mostrado na Tabela 3, foi observado que, dos pouco mais de 800 migrantes provenientes do Peru, 98,6% eram naturais do Peru, assim como dos 530 com origem na Bolívia, 95,3% eram bolivianos, 90% dos 370 migrantes da Colômbia eram colombianos e 83,8% dos 340 migrantes venezuelanos eram naturais da Venezuela. Portanto, pode-se dizer que estes sejam mesmo migrantes estrangeiros e naturais de seus países de origem.

Referências Bibliográficas

- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO – BID. Integración de la infraestructura física del Mercosur, Bolívia, Chile e Peru. [S. l.: s. n.], 1995. 1 v.
- BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, vol.19 no.53 São Paulo.2005.
- DANTAS, T.M.; FONTELES, V.L. Avanço da Fronteira Agrícola na Amazônia.Universidade Federal do Ceará. 2006.
- DINIZ, Alexandre. Occupation and Urbanization of Roraima State, Brazil. Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers, Vol. 23, pp. 51-62, 1997.
- FERNANDES NETO, P. Relatório do Trabalho de Campo a Roraima, Outubro 2001, avulso, Rio de Janeiro, Grupo RETIS, UFRJ. 2001.
- FERNANDES NETO, P. Caracterização da faixa de fronteira continental norte do Brasil Rio de Janeiro, 2003. vi, 40p. (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003/UFRJ Dissertação de Monografia para Obtenção do Título de Bacharel em Geografia)
- MACHADO, L.O. “Sistemas ‘longe do equilíbrio’ e reestruturação espacial na Amazônia”. In S.Magalhães e outros (org.). Energia na Amazônia. Vol.2. Belém, Museu Goeldi, UFPa, AU,p.835-859. 1996.
- MOURA, Hélio A.; MOREIRA, Morvan de M. As Migrações na Região Norte em Período Recente: Uma Abordagem Preliminar. Manaus: FJN/IESAM, [1997], Textos IESAM, n. 1.
- MOURA, Hélio A.; TEIXEIRA, Pery. “Tendências Recentes do Crescimento Populacional do Nordeste”, Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 29, jun/abr, 1997, p.95-116.
- RODRIGUES, F. Migração Fronteiriça na Venezuela. Estudos Avançados, vol.20 n.57 São Paulo. 2006.
- VEIGA, J. B. Expansão e Trajetórias da Pecuária na Amazônia. Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 2004.